



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa


Diogo F.

ATA Nº 1/2017
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo quinto do mês de janeiro de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e sete minutos, reuniu na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa o seu Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes, o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente do Órgão), a Professora Doutora Raquel Alexandra Brízida, o Professor Doutor Miguel Teixeira Patrício, a Professora Doutora Ana Fouto, o Professor Doutor José Luís Ramos, a Professora Doutora Sílvia Alves, a Professora Doutora Isabel Vieira Borges, a Professora Doutora Helena Morão; enquanto membros discentes, os estudantes André Oliveira Carrilho, Diogo Fernandes, Amadú Dafé e Jacinta Órfão; enquanto membro não docente a Sra. D. Helena Faria; esteve ainda presente, sem direito de voto, o Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa, Professor Doutor Pedro Romano Martinez; os subdiretores, Professora Doutora Paula Vaz Freire e o Professor Doutor Luís Pereira Coutinho; a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno, a Presidente do Gabinete de Consultoria Jurídica, Professora Doutora Fernanda Palma e o Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Dr. Ricardo Stoffel.

A ordem de trabalhos consistia nos seguintes pontos:

- 1 - Leitura e Aprovação da Ata da sessão anterior;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Troca de impressões com a Presidente do Gabinete de Consultadoria Jurídica;
- 4 - Balanço do 1º Semestre e preparação do 2º Semestre;
- 5 - Outros assuntos.



O Professor Doutor Vasco Pereira de Silva tomou a palavra e deu início à reunião, saudou todos os presentes e desejou a todos um feliz ano 2017.

O Professor recordou que tinha endereçado um convite aos Professores Doutores Lima Pinheiro e Fernanda Palma para exporem em sede de Conselho de Escola as atividades que têm programadas para o Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios e o Gabinete de Consultoria Jurídica, respetivamente. Contudo, o Professor Luís Lima Pinheiro, por motivos pessoais, não pode estar presente na reunião, estando presente na próxima

3. Troca de impressões com a Presidente do Gabinete de Consultadoria Jurídica

O Presidente sugeriu que se iniciasse a Ordem de Trabalhos pelo ponto 3, uma vez que a Professora Doutora Fernanda Palma tinha outro compromisso. Não havendo qualquer oposição, a Professora Doutora Fernanda Palma tomou a palavra e cumprimentou todos os presentes. Referiu que os estatutos do Gabinete foram aprovados em 2014, tendo como primeiro Presidente o Professor Doutor David Duarte, sendo, desde fevereiro de 2016 ela própria a Presidente, tendo como Vice-Presidentes os Professores Doutores David Duarte e João Espírito Santo Noronha. O Gabinete de Consultadoria Jurídica destina-se à elaboração de estudos jurídicos a pedido de entidades públicas ou privadas, de forma a dar a conhecer o saber jurídico e científico que se estuda na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. No primeiro ano, foram feitos estudos e pareceres pelo Professor Doutor Pedro Madeira de Brito, a pedido de uma Junta de Freguesia e de uma entidade pública. Foram realizadas várias ações de formação, alguns estudos a pedido do Estado de Timor, em 2015 e 2016, tendo sido feito um projeto legislativo, que ainda não foi pago mas foi entregue em junho de 2016. Nos anos de 2015 e 2016, este Gabinete apenas deu lucro à Faculdade, devido aos estudos e pareceres realizados pelos Professores da casa. De realçar que foi realizado um contrato internacional com o Estado de Timor, acerca da Responsabilidade penal dos titulares dos cargos políticos. Foram




Diogo F.


realizadas várias atividades no ano de 2016, como ações de formação a pedido de entidades públicas, como a ANACOM, a Direção Geral de Orçamento e ainda o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Para o ano de 2017 estão programadas algumas ações de formação em várias áreas, assim como a criação de base de dados com vários Ministérios e Direções Gerais, para ações de formação ou outras.

A Professora admitiu que não há uma grande promoção deste Gabinete, contudo poder-se-á apostar mais nesse sentido, com o apoio da Faculdade. Este Gabinete tem uma lista de parcerias, e um grande número de Professores da Faculdade das mais diversas áreas integra a lista de docentes que dão apoio e realizam os estudos e pareceres solicitados.

O Presidente deu a palavra a quem quisesse colocar alguma questão à Professora Doutora Fernanda Palma.

O Dr. Ricardo Stoffel tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes e questionou a Professora Doutora Fernanda Palma se seria possível reativar a bolsa de colaboradores de alunos, de modo a estarem mais próximos deste Gabinete.

A Professora achou a ideia muito interessante, contudo os estudos têm sido solicitados a Professores específicos, não tendo havido atividade em que se possam integrar os alunos de forma a darem o seu contributo ativo no Gabinete. No entanto, a Professora Fernanda Palma afirma que a ideia foi muito bem recebida e se for possível a intervenção de alunos, a mesma será requerida.

O Professor Vasco Pereira da Silva afirmou que este Gabinete tem uma grande importância para a Faculdade, mas que tem de se conciliar a sua atividade com a dos Institutos, sendo necessário encontrar uma fronteira. No entanto foram realizados importantes progressos, deixando um elogio à Professora Fernanda Palma, por ter tentado manter um consenso entre posições que se distanciam e que têm originado várias discussões em sede de Conselho Científico.

A Professora Fernanda Palma realçou que as entidades procuram a Faculdade e este Gabinete de forma a poderem realizar ações de formação. A AR pede recorrentemente a Professores da Faculdade vários pareceres sobre iniciativas



legislativas, os quais deveriam ser pedidos diretamente às Faculdades. A Faculdade, institucionalmente, deveria dar mais apoio ao Gabinete de Consultadoria Jurídica de forma a dar a conhecer ao Governo e a entidades públicas e privadas as valências deste Gabinete. Realçou que deverão ser proporcionadas melhores condições e que é necessário tentar resolver os conflitos que existem entre este Gabinete e os vários Institutos da Faculdade.

Não havendo mais questões, o Presidente agradeceu à Professora Doutora Fernanda Palma a disponibilidade e os esclarecimentos, após o que a Professora se retirou.

1. Leitura e Aprovação da Ata da sessão anterior

O Presidente pôs a ata da reunião anterior para a aprovação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2. Período de Antes da Ordem do Dia

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva gratificou a Universidade de Lisboa e a Reitoria pela revista Ulisboa e a importância da mesma. O Conselho de Escola congratulou-se pela existência da revista, que retrata a Universidade de Lisboa.

A Professora Doutora Helena Morão tomou a palavra e questionou quando se iriam realizar as eleições dos alunos para os Conselhos de Escola e Pedagógico, sendo que já deveria ter sido realizada em novembro.

O Diretor tomou a palavra e afirmou que o adiamento da eleição dos alunos para os Órgãos se deveu à necessidade de manutenção dos alunos no Conselho Pedagógico, uma vez que estava em discussão o Regulamento de Avaliação.

A Professora Doutora Helena Morão afirmou que se encontra em ilegalidade, pois os Estatutos indicam que as eleições devem ser realizadas no mês de novembro.

O Dr. Ricardo Stoffel tomou a palavra e explicou que a questão foi objeto de reflexão por parte de todos os membros do Conselho Pedagógico e que todos estiveram de acordo, pois desta forma os alunos têm conhecimento e estão a par dos assuntos e especificidades que estão a ser discutidos e assim não há uma “quebra” na discussão no Conselho Pedagógico.




Diogo F.


Informou também que agora tudo seria feito rapidamente de forma a não haver mais nenhuma reunião dos Órgãos antes das eleições.

Ainda neste ponto, o Diretor tomou a palavra e explicou que a plataforma Fénix continua a ter dificuldades de implementação, em especial nos momentos de avaliação. A equipa não está apta para aplicar o nosso Regulamento de Avaliação. Só na passada sexta-feira é que sistema ficou apto para as provas orais, pois este não existe noutras faculdades, o que dificulta o trabalho dos técnicos.

Informou que as perturbações se continuam a sentir e apelou mais uma vez à compreensão dos alunos e dos docentes, louvando todo o trabalho dos funcionários da Divisão Académica, que excede em muito o que lhes pode ser pedido.

A Diretora Executiva tomou a palavra e afirmou que os funcionários não tiveram formação no âmbito do Fénix, estão a aprender ao mesmo tempo que trabalham. Realçou ainda a importância da consulta por parte dos alunos dos manuais disponibilizados de forma a evitar alguns problemas recorrentes.

4. Balanço do 1º Semestre e preparação do 2º Semestre

O estudante Amadú Dafé saudou todos os presentes e referiu, em específico, o caso dos alunos do mestrado em Direito e Prática Jurídica, que revelaram descontentamento e preocupação quanto ao método de avaliação ao qual estão adstritos. Há alunos que se mostraram desconfortáveis quanto à situação de agora terem de realizar um exame escrito, uma vez que no início das aulas foram informados de que seriam avaliados apenas através de apresentação oral de trabalhos escritos. O Regulamento da avaliação aprovado em abril do ano passado, segundo alguns professores, apenas foi publicado em novembro, pelo que a grande maioria dos professores entendeu, por desconhecimento, que o regime de avaliação se mantinha igual ao dos anos anteriores, criando essa expectativa nos alunos. Os alunos, por sua vez, investiram o seu tempo e disponibilidade na elaboração e apresentação de trabalhos para as suas avaliações, pelo que, em cima da hora, serem obrigados a realizar exames



Diogo F.

escritos, os deixou numa situação pouco confortável. Outro aspeto que realçou tem a ver com o facto de a plataforma Fénix não conseguir detetar coincidências, para o mesmo aluno, entre um exame escrito no curso de mestrado e um exame oral de melhoria de nota no curso da licenciatura. Frisou ainda que houve casos, no início do ano letivo, de alunos do mestrado em Direito e Prática Jurídica que se pretendiam inscrever nas optativas disponíveis, mas que se sentiram forçados a uma escolha limitada porque o sistema não permitia a escolha de algumas dessas disciplinas apesar de constarem na lista. Por fim, chamou a atenção para o facto de haver marcações de exames de recurso nos mesmos dias em que ainda estariam a decorrer exames escritos da primeira época com o risco de haver alunos prejudicados caso houvesse coincidência.

O Diretor afirmou que o Regulamento dos cursos de Mestrado foi publicado em abril em Diário da República e, nessa data, publicitado na página da Faculdade. Contudo só em novembro é que o Professor Januário da Costa Gomes transmitiu aos Docentes dos mestrados que o sistema de avaliação tinha sido alterado e que o mesmo já estaria publicado em Diário da República.

A Diretora Executiva afirmou que o Regulamento de Mestrado prevê um dia de premeio entre os exames, contudo em reunião do Conselho Pedagógico foi acordado que seriam dois dias, o que originou a existência de coincidências entre o final das provas da 1ª época e o início das provas de recurso. Os alunos afetados serão contactados com vista a realizar o exame noutra data.

O Subdiretor saudou todos os presentes, tendo desejado um bom ano e referido que existem algumas situações que não são resolvidas da melhor maneira em Conselho Científico, concretamente estas dos mestrados.

O Professor Doutor José Luís Ramos tomou a palavra e afirmou que o sistema de avaliação no mestrado em Direito e Prática Jurídica não é o melhor e menoriza o próprio mestrado. O Professor também não tinha reparado na alteração do Regulamento e não foi informado por parte da Divisão Académica. Existiram vários problemas com o sistema informático. Adaptar o regime do mestrado Direito e Prática Jurídica ao da licenciatura, em que o método de avaliação é por exame, é mais negativo. O Professor reportou que existem alunos inscritos no



Diogo F.
④

mestrado Direito e Prática Jurídica que nunca apareceram nas aulas, no entanto, inscreveram-se em exame, o que é incompreensível. Só no dia 20 de janeiro é que foi possível ao Professor publicar as notas dos alunos de mestrado no Fénix, pois o sistema não permitia fazê-lo antes. Esta solução revela grandes disfuncionalidades, causando uma menorização no mestrado. Existem cadeiras com exame e outras que não têm exame. O Professor realçou ainda que os funcionários da Divisão Académica têm sido incansáveis, demonstrando uma grande dedicação face aos vários problemas com que se têm deparado.

A Professora Doutora Helena Morão subscreveu integralmente o que o Professor Doutor José Luís Ramos disse sobre o mestrado Direito e Prática Jurídica e as dificuldades quanto ao sistema informático. Os prazos não foram alterados nem adaptados quanto aos novos Regulamentos. A realização de frequências à noite é muito difícil, pois impossibilita o início a horas das aulas dos mestrados, devendo estas ter início às 18h30 e não às 19h00. Quanto à reafetação de salas, deveria ser implementado um procedimento regulado em fase de frequências para os docentes, de forma a não existirem mais inconvenientes. A organização do serviço docente é fundamental, são evidentes as fragilidades pedagógicas quanto à organização dos horários, como por exemplo ter aulas da mesma cadeira em dias seguidos. A distribuição dos horários deveria ser realizada atempadamente e não no dia anterior ao início das aulas, como aconteceu no primeiro semestre. A Professora questionou por fim em que ponto iam os inquéritos sobre a ingressão nos mestrados na nossa Faculdade pelos alunos do 4º ano.

A Diretora Executiva explicou que, quantos aos horários, estão a ser realizadas reuniões com a Faculdade de Ciências devido à existência de uma ferramenta informática que poderá ser útil para esta tarefa. Contudo, revelou que antes da primeira semana de fevereiro não serão distribuídos os horários.

O Diretor tomou a palavra e afirmou que o Presidente do Conselho Pedagógico o contactou, pedindo o apoio de um funcionário de modo a serem realizados os inquéritos já referidos.

O estudante Amadú Dafé reportou uma situação quanto à marcação de provas orais fora dos respetivos turnos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Diretor afirmou que se trata, mais uma vez, de um problema do sistema informático, tendo os alunos afetados que reportar a situação à Secretaria de forma a serem remarcadas as provas orais.

5. Outros Assuntos

O Diretor informou que na terça-feira seguinte, às 15 horas, irão estar na Faculdade os Presidentes da República Portuguesa e Grega.

O estudante Amadú Dafé falou em nome dos alunos eleitos para o Conselho de Escola e agradeceu à Direção a preocupação que teve quanto à resolução dos problemas levantados pelos alunos. Referiu que os alunos fazem um balanço positivo, sendo o esforço notório e de louvar pelo trabalho realizado pela Direção.

O Diretor agradeceu as palavras e retribuiu.

O Professor Vasco Pereira da Silva agradeceu aos alunos presentes no Conselho.

Não havendo mais nada a discutir o Presidente deu a reunião por encerrada, às 16h45, tendo sido marcada a próxima reunião para 22 de março, às 14h30.

O Presidente do Conselho de Escola

(Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)

Os Secretários do Conselho de Escola

(Diogo Fernandes)

(Lid. Rosa Guerreiro)